



**ESTADO DO AMAZONAS  
MUNICÍPIO DE MAUÉS  
PODER EXECUTIVO**

---

**DECRETO Nº. 063, DE 31 DE MAIO DE 2021.**

Dispõe sobre medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente do novo coronavírus (COVID 19), e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MAUÉS/AM**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 7º, 71 e 92 da Lei Orgânica Municipal.

**CONSIDERANDO** o inteiro teor da Lei Federal sob o nº 13.979/2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019;

**CONSIDERANDO** o teor do Decreto nº 43.872, de 14 de maio de 2021, do Governo do Estado do Amazonas;

**CONSIDERANDO** que a situação demanda o emprego de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos, agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença na cidade de Maués;

**CONSIDERANDO** o aumento de casos de internações e óbitos;

**CONSIDERANDO** a necessidade de resguardo da saúde coletiva;

**CONSIDERANDO** prevalência do interesse público sobre o privado.

**D E C R E T A**

Art. 1º Fica instituído no município de Maués/AM, pelo prazo de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogado, a restrição provisória da circulação de pessoas em espaços e vias pública entre as 00:00h até as 06:00h, ressalvados os casos de extrema necessidade que envolvam:

I - a produção e o transporte de cargas de produtos essenciais à vida;

II - o deslocamento para serviços de entrega, exclusivamente de produtos farmacológicos e alimentícios;



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**MUNICÍPIO DE MAUÉS**  
**PODER EXECUTIVO**

---

III - o deslocamento de pessoas para prestar assistência ou cuidados a doentes, idosos, crianças ou pessoas com deficiência ou necessidades especiais;

IV - o deslocamento dos profissionais de imprensa;

V - o deslocamento de agentes públicos, cujas atribuições sejam essenciais para o controle da pandemia de COVID-19, ou para o exercício de missão institucional, de interesse público, por determinação de autoridade pública;

VI - os deslocamentos para outras atividades de natureza análoga ou por outros motivos de força maior.

Parágrafo único. O descumprimento das normas constantes neste decreto poderá ensejar a apreensão do veículo e a condução coercitiva pelas autoridades de segurança, inclusive municipal.

Art. 2º Fica terminantemente proibida, durante a vigência do presente Decreto, a aglomeração de pessoas em ruas, logradouros e praças.

Art. 3º Aquele que descumprir as medidas determinadas neste Decreto poderá ser responsabilizado pela prática de crimes contra a Saúde Pública, em face de dar causa a disseminação da pandemia COVID-19, e infringir na medida sanitária preventiva, previsto nos artigos 267 e 268 do Código Penal.

Art. 4º Fica estabelecido o uso de máscaras em âmbito municipal, como forma de enfrentamento do coronavírus (COVID-19), inclusive as confeccionadas em tecido, em conformidade com orientações do Ministério da Saúde, em especial quando houver necessidade de:

I - se manter contato com outras pessoas;

II - deslocamento em vias públicas;

III - compras de gêneros de primeira necessidade ou medicamentos;

IV - uso de qualquer meio de transporte compartilhado de passageiros;

V - ter acesso aos estabelecimentos prestadores de serviços essenciais, tais como supermercados, mercados, mercearias, padarias, farmácias, drogarias, entre outros;

VI - ter acesso aos estabelecimentos comerciais que tiverem suas atividades liberadas;

VII - ingresso, permanência ou desempenho de qualquer atividade em ambientes compartilhados com outras pessoas, nos setores público e privado.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**MUNICÍPIO DE MAUÉS**  
**PODER EXECUTIVO**

---

Art. 5º Fica determinado, pelo prazo de 15 (quinze) dias, que o funcionamento de todos os estabelecimentos comerciais se dará da seguinte forma:

I – todos os estabelecimentos comerciais do município poderão funcionar até as 00:00, salvo os restaurantes, lanchonetes e afins que poderão, após esse horário, funcionar na modalidade *delivery*;

II – ter cartazes informativos dos cuidados nos seus ambientes sobre higienização de mãos, uso do álcool 70%, uso de máscaras, distanciamento entre as pessoas, limpeza de superfícies, ventilação e limpeza dos ambientes;

III – disponibilização de álcool 70% nas dependências do estabelecimento comercial, devendo ser orientada e estimulada a sua utilização pelos funcionários e clientes;

IV – manter distanciamento mínimo de metros 1,5 (um metro e cinquenta centímetros) entre os clientes, ou com ocupação restrita a 50% (cinquenta por cento) da capacidade do estabelecimento, a fim de evitar aglomerações em suas dependências;

V – manter distanciamento mínimo de metros 1,5 (um metro e cinquenta centímetros) entre as mesas, nos casos de restaurantes, lanchonetes e afins;

VI - caso a atividade a ser desenvolvida necessite de mais de um trabalhador/funcionário ao mesmo tempo em cada ambiente, manter a distância mínima entre eles de 1,5 metros (um metro e cinquenta centímetros);

§ 1º Drogarias e farmácias poderão funcionar 24 horas por dia, ficando a entrada limitada a um comprador por núcleo familiar, com venda restrita a produtos de higiene, medicamentos e outros produtos farmacêuticos.

§ 2º Postos de combustível e lojas de conveniência, com funcionamento de acordo com o alvará do estabelecimento, ficando expressamente vedado o consumo de bebidas alcoólicas no local e nas dependências do posto.

Art. 6º Fica suspenso, pelo prazo de 15 (quinze) dias:

I – o funcionamento de casas de shows;

I - concessão de autorização e permissão para realização de qualquer evento particular;

II – o funcionamento de bares;

Parágrafo único: O descumprimento do disposto neste artigo importará na revogação do alvará de funcionamento dos estabelecimentos, nos termos da Lei Complementar Municipal



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**MUNICÍPIO DE MAUÉS**  
**PODER EXECUTIVO**

---

nº 018/2019, sem prejuízo da adoção de medidas judiciais cabíveis pela prática de ato atentatório contra saúde pública previsto nos artigos 267 e 268 do Código Penal.

Art. 7º Observadas suas peculiaridades, os estabelecimentos de que trata este Decreto, deverão, necessariamente, atender às todas as normas de prevenção e combate ao coronavírus, a fim de que seja minimizado o risco de disseminação da pandemia.

Art. 8º Nos casos omissos, aplicam-se subsidiariamente a este decreto municipal as disposições constantes no decreto estadual nº 43.872, de 14 de maio de 2021.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor no dia 31 de maio de 2021.

Registre-se, Publica-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Maués, em 31 de maio de 2021.



**CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA JÚNIOR**

Prefeito Municipal de Maués